



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Lei Municipal nº 1191, de 3 de junho 1997**

*Estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 1998 e dá outras providências*

## **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A lei orçamentária para o exercício de 1998 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e, em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que for ela pertinente.

**Art. 2º.** As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

**§ 1º.** As receitas de impostos e taxas serão projetadas tomando-se para base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 1997, até o mês anterior ao da elaboração da proposta, corrigidos monetariamente até dezembro deste ano, levando-se em conta:

I - a expansão do número de contribuintes;

II - a atualização do cadastro técnico do Município.

**§ 2º.** As parcelas transferidas pelos governos Federal e Estadual são as constantes dos arts. 158, IV, e 159, I, b, da Constituição Federal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 3º.** As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas segundo as necessidades reais da cada órgão, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.

**Art. 4º.** A manutenção e ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, e da proveniente das transferências feitas pelos governos do Estado e da União, mencionadas no art. 2º.

**Art. 5º.** O Município não despenderá com o pagamento de pessoal ativo e inativo recurso em valor superior a sessenta por cento da receita corrente, consignada no Orçamento.

**Parágrafo único.** As despesas com pessoal referidas neste artigo abrangerão:

I - o pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive dos agentes políticos;

II - o pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas, aposentados, contratados e dos agentes políticos.

**Art. 6º.** As despesas com o pessoal, referidas no artigo anterior, serão comparadas mês a mês com o percentual de sessenta por cento da receita corrente, efetivamente arrecadada, por meio dos balancetes mensais, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

**Art. 7º.** Serão garantidos pela lei orçamentária, ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, recursos para o fornecimento de material didático-escolar, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

**Parágrafo único.** Os benefícios garantidos por este artigo poderão ser estendidos aos alunos da rede estadual de ensino, mediante convênios com o Governo Estadual.

**Art. 8º.** Serão previstos recursos para a concessão de bolsas de estudo, para o atendimento suplementar, pela rede de ensino particular local ou de cidades vizinhas, em até oitenta por cento do valor da mensalidade, atendendo ao disposto em lei municipal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 9º.** Não serão concedidas subvenções às entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e que não dediquem suas atividades ao ensino, à saúde, à assistência social, ao desporto, à cultura ou ao associativismo.

**Art. 10.** A lei orçamentária garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

**Art. 11.** Somente será contemplada dotação orçamentária para início de obras, após garantirem-se recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos para com a Previdência Social, decorrentes de obrigações em atraso.

**Art. 12.** Só serão contraídas operações de crédito, por antecipação de receitas, quando se configurar eminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento de folha de pessoal em tempo hábil.

**Parágrafo único.** A contratação de operações de crédito, para fim específico, somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observado o limite previsto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

**Art. 13.** O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo o projeto de Lei do Orçamento para o Exercício de 1998, até o dia 30 de setembro deste ano.

**Art. 14.** A proposta orçamentária será devolvida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, para sanção, até quinze dias antes do encerramento do exercício anterior a que a proposta se refere.

**Art. 15.** As despesas de capital serão programadas segundo as normas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 16.** São consideradas prioridades para investimentos no exercício de 1998:

I - aquisição de equipamento e material permanente para vários setores da Administração Municipal;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - aquisição de um trator com implementos para execução do programa de governo de atendimento aos pequenos produtores rurais;

III - reforma, ampliação e melhoramento do prédio do hospital e dos postos de saúde municipais.

IV - implantação de mata-burros;

V - construção e reforma de pontes nas estradas municipais;

VI - construção de um posto policial, por meio de convênio firmado com o Governo Estadual;

VII - aquisição de viatura para o serviço de policiamento ostensivo;

VIII - construção de infra-estrutura nas vias públicas urbanas;

IX - reforma e melhoramento no terminal rodoviário;

X - construção de aterro sanitário;

XI - extensão da rede de iluminação pública;

XII - aquisição e ou desapropriação de imóveis para execução de programas de construção de casas populares e outras obras de interesse público;

XIII - reforma, ampliação e melhoramento nos prédios da rede municipal de ensino;

XIV - construção e ampliação de redes de tratamento de esgoto e pluviais;

XV - execução de projetos financiados com recursos vinculados a convênios com outras esferas de governo ou entidades particulares;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**


CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**XVI - amortização dos encargos com a dívida contratada, previstos para 1998.**

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 3 de junho de 1997.**

  
**Wesley José da Rocha Naves**  
**Prefeito Municipal**